



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA SELETIVA (PRIMEIRA ETAPA)

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- ◆ Após transcorridas 3 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

DIREITO CIVIL

- 01.** Quanto à capacidade sucessória do nascituro, assinale a alternativa correta.
- (A) Não possui legitimidade para receber herança ou legado.
 - (B) Legitima-se a suceder desde que contemplado em testamento.
 - (C) Legitima-se a suceder desde que concebido quando da abertura da sucessão.
 - (D) Legitima-se a suceder desde que se trate de herança pela via direta e não colateral.
 - (E) Legitima-se a suceder por legado desde que concebido até 180 dias anteriores à abertura da sucessão.
- 02.** Quanto ao regime de comunhão parcial de bens, é correto dizer que são incomunicáveis, quando adquiridos na constância do casamento,
- (A) os frutos dos bens particulares.
 - (B) as obrigações provenientes de atos ilícitos em proveito do casal.
 - (C) os prêmios de loteria recebido por um dos cônjuges.
 - (D) as benfeitorias em bem particular.
 - (E) as quantias pagas pelo Estado ao cônjuge beneficiário de funcionário falecido.
- 03.** Considerando unidade autônoma alienada fiduciariamente e havendo despesas de condomínio, assinale a alternativa correta.
- (A) A dívida condominial autoriza ao credor fiduciário a reivindicar o imóvel pela resolução contratual.
 - (B) Houve a transferência ao credor fiduciário da propriedade resolúvel e a posse indireta do imóvel, por isso, não a obrigação condominial.
 - (C) Dívida de natureza *propter rem*, cuja responsabilidade recai também sobre o titular da propriedade, ainda que resolúvel.
 - (D) O devedor fiduciário tem a obrigação com as despesas ordinárias, ficando a cargo do credor fiduciário as extraordinárias.
 - (E) O devedor fiduciário não ostenta a condição jurídica de condômino, tendo apenas a obrigação de restituir as despesas condominiais ao credor fiduciário.
- 04.** Maria compareceu ao banco para pagamento de taxa de inscrição para prestar concurso público. Por erro do sistema não foi computado o pagamento, embora tenha sido recebido o valor determinado, deixando Maria fora do certame. Do ponto de vista da Responsabilidade Civil, Maria tem direito a ser indenizada
- (A) pelo valor do pagamento da taxa e danos, pela perda de uma chance.
 - (B) pelos danos materiais apenas.
 - (C) por danos morais apenas.
 - (D) por danos morais, pela perda de uma chance apenas.
 - (E) pela perda de uma chance e dos valores que Maria teria direito a perceber no cargo pretendido.
- 05.** No que diz respeito à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.
- (A) Possui como objetivo preservar a dependência da pessoa jurídica com o sócio ao coibir os atos praticados pelos seus sócios.
 - (B) Visa à anulação da personalidade jurídica quando não for possível encontrar bens do sócio que satisfaçam a obrigação.
 - (C) A insolvência ou falência da pessoa jurídica, acarretando no inadimplemento de suas obrigações, caracteriza sua desconsideração.
 - (D) A desconsideração inversa é o afastamento do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação do sócio.
 - (E) A personalidade jurídica da sociedade se confunde com a personalidade jurídica dos sócios, por isso o sócio pode postular em nome próprio direito de entidade.
- 06.** Quanto à companheira sobrevivente que adquiriu imóvel próprio e o direito real de habitação no qual convivia com companheiro falecido, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito real de habitação não é extensivo à união estável, não tendo a companheira sobrevivente direito a reclamá-lo, ainda que possua direito sucessório sobre os bens do companheiro falecido.
 - (B) A companheira sobrevivente faz jus ao direito real de habitação sobre o imóvel no qual convivia com o companheiro falecido.
 - (C) Havendo vários tipos de imóveis a inventariar, caberá à companheira sobrevivente a escolha sobre qual habitar, independentemente de ter imóvel próprio.
 - (D) Considerando a aquisição de imóvel próprio, a companheira perde o direito de habitação.
 - (E) No caso de possuir imóvel próprio, a companheira sobrevivente terá direito à habitação concomitantemente com os herdeiros do companheiro falecido.
- 07.** No seguro de vida, para o caso de morte,
- (A) o beneficiário tem direito ao capital estipulado quando o segurado se suicida, ainda que no início da vigência do contrato de seguro.
 - (B) proveniente da utilização de meio de transporte mais arriscado ou da prestação de serviço militar pode eximir o segurador e pagar o benefício.
 - (C) é lícito estipular-se um prazo de carência, durante o qual o segurador não responde pela ocorrência do sinistro.
 - (D) não poderá ser instituído para beneficiar companheiro ou cônjuge quando já houver separação do casal.
 - (E) o prêmio será pago apenas se o contrato for conveniado por prazo limitado.

08. Assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à adjudicação compulsória se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.
- (B) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- (C) Ainda que o negócio jurídico de compra e venda de imóvel não se concretize em razão do inadimplemento do comprador, é devida comissão de corretagem.
- (D) Não é possível a resilição do compromisso de compra e venda por iniciativa do promitente comprador por não ter mais as condições econômicas de suportar o pagamento das prestações.
- (E) O compromisso de compra e venda não é título hábil a fundamentar usucapião ordinária.

09. No contrato de compra e venda, as despesas de escritura, registro e tradição ficarão a cargo:

- (A) sempre do comprador.
- (B) no silêncio do contrato, as de escritura e registro com o comprador, e as de tradição, com o vendedor.
- (C) sempre do vendedor.
- (D) salvo cláusula em contrário, todas as despesas serão divididas.
- (E) na falta de acordo, com o comprador.

10. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora

- (A) a partir do trânsito em julgado de ação de reparação de danos.
- (B) a partir de sentença que reconhecer a responsabilidade civil.
- (C) quando interpelado extra ou judicialmente.
- (D) desde a data da prática do ato.
- (E) desde a citação em ação de reparação de danos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Assinale a alternativa correta a respeito do processo de Mandado de Segurança.

- (A) Os honorários advocatícios de sucumbência, quando denegada a segurança, devem ser fixados consoante apreciação equitativa do juiz.
- (B) A impetração de mandado de segurança por terceiro, contra ato judicial, condiciona-se à interposição de recurso.
- (C) A sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente.
- (D) A liminar para concessão de aumento a servidores públicos depende, além do fundamento relevante, da demonstração da urgência da medida e da prestação de caução idônea.
- (E) Caduca a medida liminar se o impetrante favorecido deixa de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos que lhe cumprem.

12. Na Ação Civil Pública, o adiantamento de honorários periciais relativos à prova requerida pelo Ministério Público autor será

- (A) dispensado pelo Juiz, devendo o perito ser remunerado somente após o trânsito em julgado, caso procedente a demanda.
- (B) imposto à Fazenda Pública à qual se achar vinculado o Ministério Público autor.
- (C) imposto ao réu, porquanto o autor da ação civil pública é isento do pagamento de honorários periciais.
- (D) imposto ao Ministério Público autor, que deverá se utilizar de recursos do fundo ao qual são revertidas as indenizações provenientes de ações civis públicas.
- (E) dispensado pelo Juiz, devendo o perito exercer seu ofício gratuitamente.

13. Havendo litisconsortes com advogados distintos, o prazo deve ser contado em dobro para

- (A) contestar, salvo se houver revelia de um dos litisconsortes.
- (B) contestar, desde que haja requerimento desse benefício na primeira metade do prazo.
- (C) recorrer, mesmo que só um dos litisconsortes tenha sucumbido.
- (D) contestar, ainda que os advogados sejam do mesmo escritório e tenham apresentado a petição em conjunto, suscitando as mesmas razões.
- (E) de modo geral, falar nos autos, não importando se o prazo é legal ou judicial.

14. Assinale a alternativa com o processo no qual é obrigatória a intervenção do Ministério Público, sob pena de nulidade.
- (A) Ação de usucapião.
 - (B) Demanda condenatória de interesse de pessoa jurídica de direito público.
 - (C) Ação possessória.
 - (D) Desapropriação indireta.
 - (E) Execução fiscal.
15. Configura competência insuscetível de prorrogação a do foro
- (A) do domicílio do autor da herança, para todas as ações em que o espólio for réu.
 - (B) da situação da coisa, para a ação fundada em direito real sobre bens móveis.
 - (C) do domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.
 - (D) do domicílio do representante do incapaz, para a ação em que este for réu.
 - (E) da situação do imóvel, quando o litígio versar sobre direito de vizinhança.
16. A respeito da citação, é correto afirmar que,
- (A) para ser realizada por edital, depende de certidão do oficial de justiça que ateste a presença dos respectivos requisitos legais de sua admissibilidade.
 - (B) quando o réu for pessoa jurídica de direito público, pode ser feita pelo correio ou por oficial de justiça, mas não por hora certa ou por edital.
 - (C) quando realizada pelo correio, é necessária a entrega direta e a assinatura de recibo pelo destinatário pessoa física, não bastando a entrega em seu endereço.
 - (D) quando ordenada por juiz incompetente, não interrompe a prescrição.
 - (E) nos processos de execução, não pode ser feita por hora certa.
17. A antecipação da tutela jurisdicional não pode ser concedida
- (A) na sentença.
 - (B) contra a Fazenda Pública.
 - (C) sem que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
 - (D) sem a audiência prévia da parte contrária.
 - (E) de ofício pelo Juiz.
18. Na hipótese de ação indenizatória por vício do produto, a inversão do ônus da prova a favor do consumidor, quando for verossímil a alegação e quando for ele hipossuficiente
- (A) deve ser determinada pelo Juiz preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurar à parte prejudicada a reabertura de oportunidade para apresentação de provas.
 - (B) deve ser determinada pelo Juiz antes da citação do réu, sob pena de ofensa ao contraditório.
 - (C) pode ser determinada pelo Juiz na própria sentença, por se tratar de regra de julgamento e não de procedimento.
 - (D) prescinde de decisão judicial, ocorrendo *ope legis*.
 - (E) pode ser determinada pelo Juiz a qualquer tempo, já que se refere ao aspecto subjetivo do ônus da prova.
19. A multa fixada em ação tendo como objeto o cumprimento de obrigação de fazer
- (A) fica prejudicada caso convertida a obrigação em indenização por perdas e danos.
 - (B) pode ser alterada na fase de cumprimento de sentença, caso se revele insuficiente ou excessiva.
 - (C) pode ser modificada somente até o trânsito em julgado da sentença que a impôs.
 - (D) não pode ser alterada de ofício pelo Juiz.
 - (E) não pode ser alterada se a decisão liminar que a fixar não for objeto de recurso, pois sujeita-se à preclusão.
20. O Juiz não receberá o recurso de apelação, independentemente de prévia intimação das partes, quando
- (A) o recurso estiver exclusivamente baseado em documento que poderia ter sido trazido aos autos na fase postulatória.
 - (B) a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o recurso for manifestamente improcedente.
 - (D) as razões recursais reproduzirem os mesmos argumentos da petição inicial ou da contestação.
 - (E) o preparo recursal tiver sido insuficientemente recolhido.

21. O termo inicial do prazo de 15 dias para o cumprimento voluntário, pelo devedor, da sentença condenatória ao pagamento de quantia, sob pena de multa de 10% e penhora de bens, ocorre na data
- (A) da intimação pessoal do devedor, acerca do trânsito em julgado da sentença.
 - (B) em que o título judicial se torna passível de execução, ainda que provisória, independentemente de intimação.
 - (C) da intimação do devedor, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para que efetue o pagamento da quantia discriminada em específico requerimento, segundo cálculos do credor.
 - (D) do trânsito em julgado da sentença, independentemente de intimação.
 - (E) da intimação do devedor, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, acerca do trânsito em julgado da sentença.
22. A respeito dos embargos do executado, na execução de título extrajudicial, por quantia certa, contra devedor solvente, é correto afirmar que
- (A) é vedada a rejeição liminar dos embargos, salvo quando intempestivos.
 - (B) não se admite, nos embargos, a produção de prova oral em audiência de instrução.
 - (C) o prazo para oferecimento dos embargos é de 15 dias, contados da intimação da penhora.
 - (D) a garantia do juízo, por penhora, depósito ou caução suficientes, é requisito legal para a concessão de efeito suspensivo aos embargos.
 - (E) a concessão de efeito suspensivo aos embargos impede a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.
23. A sentença que concede medida cautelar diversa da requerida pelo autor é considerada
- (A) válida, desde que se trate de cautelar preparatória.
 - (B) válida, haja vista a fungibilidade entre as cautelares.
 - (C) nula, porque *extra petita*.
 - (D) rescindível, pois ofende a literal dispositivo de lei.
 - (E) nula, porque *ultra petita*.
24. Assinale a alternativa correta a respeito do procedimento especial de prestação de contas.
- (A) A ação de prestação de contas tem como pressuposto a existência de relação de mandato entre as partes.
 - (B) Não se exige forma legal específica para as contas a serem apresentadas, ficando esta a critério do juiz ou das partes.
 - (C) Não cabe condenação ao pagamento de honorários de sucumbência na sentença da primeira fase da ação de prestação de contas.
 - (D) Na ação em que se exige prestação de contas, o réu será citado para, no prazo de 15 dias, prestá-las ou apresentar contestação.
 - (E) A segunda fase da ação de prestação de contas só pode ter início após o trânsito em julgado da sentença que decide pela obrigação de apresentar contas.
25. Sobre as ações que têm como objeto a locação de imóvel urbano, é correto afirmar que
- (A) na ação de despejo por falta de pagamento, para purgação da mora no prazo da defesa, o réu fica dispensado do pagamento de honorários advocatícios.
 - (B) na ação renovatória de aluguel, não pode o réu, na contestação, pedir o despejo do autor, caso não renovada a locação, dependendo esse pedido de reconvenção.
 - (C) a execução provisória do despejo independe de caução, porque a decisão que o determina não se sujeita a recurso dotado de efeito suspensivo.
 - (D) as diferenças de aluguel devidas durante a ação revisional não podem ser executadas provisoriamente, pois exigíveis somente a partir do trânsito em julgado da decisão que fixar o novo aluguel.
 - (E) não se admite reconvenção na ação de consignação de aluguel, podendo o réu pedir o despejo por falta de pagamento na própria contestação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

26. São direitos básicos do consumidor, dentre outros:

- (A) a educação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, com ênfase à igualdade de trocas.
- (B) os previstos no Código de Defesa do Consumidor e outros decorrentes de tratados internacionais de que o Brasil seja signatário, excluindo-se regulamentos internos e a analogia.
- (C) a efetiva reparação de danos extrapatrimoniais coletivos e individuais homogêneos, com exclusão da responsabilidade do profissional liberal.
- (D) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- (E) a proteção da segurança contra os riscos surgidos por práticas no fornecimento de serviços considerados inadequados.

27. Na hipótese das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, afirma-se que

- (A) o Ministério Público, quando não ajuizar a ação, atuará, em certas situações, como fiscal da lei ou substituto processual da parte.
- (B) a liquidação e a execução de sentença serão promovidas pela vítima ou coletivamente, incluindo os órgãos da Administração Pública, direta e indireta, com personalidade jurídica, destinados à defesa dos direitos constantes no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil, desde que transcorridos seis meses sem habilitação de interessados.
- (C) é competente para a causa a justiça local, no foro do lugar onde ocorreu o dano, quando de âmbito regional, com prejuízo da competência da Justiça Federal.
- (D) é competente para a execução o juízo da ação constitutiva, quando individual a execução.
- (E) em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

28. São consideradas nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que

- (A) estabeleçam a utilização facultativa da negociação e mediação.
- (B) possibilitem a renúncia ao direito de indenização por benfeitorias úteis.
- (C) autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.
- (D) limitem a responsabilidade do fornecedor, em situações justificáveis, nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa física.
- (E) permitam ao fornecedor e fabricante a variação de preços e índices, desde que haja concordância expressa do consumidor.

29. Sobre a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, afirma-se:

- (A) equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.
- (B) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente de culpa.
- (C) o fornecedor de serviços responde, comprovada a existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.
- (D) o comerciante é igualmente responsável quando identificados o produtor, o importador e o construtor.
- (E) o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.

30. Acerca da prescrição e da decadência, é correto afirmar que

- (A) obstam à decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- (B) a instauração de inquérito civil impede a decadência até o oferecimento de parecer favorável do Ministério Público quanto ao seu encerramento.
- (C) o prazo decadencial inicia-se a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, cuidando-se de vício oculto.
- (D) prescreve em quatro anos a pretensão à reparação pelos danos causados por vício do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da constatação do vício.
- (E) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, se relativo ao fornecimento de serviço não durável.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31. Conforme prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.
- (A) A guarda confere ao guardião o direito de opor-se a terceiros, salvo aos pais naturais da criança ou do adolescente.
 - (B) A guarda pode ser destinada a regularizar a posse de fato da criança ou adolescente.
 - (C) Apenas para fins previdenciários, a criança ou o adolescente é considerado dependente do guardião.
 - (D) A guarda só poderá ser retirada dos pais naturais em caso de destituição do poder familiar.
 - (E) O deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros, em qualquer caso, impede o exercício de direito de visitas pelos pais naturais.
32. Geraldo, com catorze anos de idade, é acusado de ter furtado dinheiro da carteira de Antônio, seu tio, que relatou o fato ao Ministério Público. Geraldo respondeu procedimento perante o Juiz competente que poderá aplicar
- (A) a obrigação de reparar o dano, e na impossibilidade, substituí-la por outra medida mais adequada.
 - (B) a remissão, devendo ser considerada a infração em caso de nova falta.
 - (C) advertência verbal, que contribuirá para a reeducação do adolescente.
 - (D) de imediato, medida de liberdade assistida, uma vez que houve a materialidade do fato.
 - (E) de imediato, medida de internação, desde que haja prova de autoria do fato.
33. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente que compete à autoridade judicial disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a participação de criança e do adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios e certames de beleza. O recurso cabível contra decisão judicial proferida com base na portaria é
- (A) Mandado de Segurança.
 - (B) Medida Cautelar Inominada.
 - (C) Agravo de Instrumento.
 - (D) Apelação.
 - (E) Agravo Retido.
34. Supondo que um determinado pai esteja inconformado com uma decisão do Conselho Tutelar que irregularmente aplicou ao seu filho a medida de acolhimento institucional, em regra, ele poderá
- (A) pleitear a revisão da decisão à Autoridade Policial competente.
 - (B) interpor Mandado de Segurança junto ao Promotor de Justiça.
 - (C) recorrer ao Presidente do Conselho Tutelar.
 - (D) requerer a revisão da decisão pelo Ministério Público.
 - (E) pleitear a revisão da decisão à Autoridade Judiciária competente.

35. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente: “Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro”, sujeita o seu autor à pena de
- (A) detenção de dois anos.
 - (B) detenção de um ano.
 - (C) reclusão de dois anos.
 - (D) reclusão e multa.
 - (E) detenção e multa.

DIREITO PENAL

36. Assinale a alternativa com o nome e a nacionalidade do principal defensor da teoria da tipicidade conglobante.
- (A) Nilo Batista, brasileiro.
 - (B) Luigi Ferrajoli, italiano.
 - (C) Kai Ambos, alemão.
 - (D) Klaus Tiedemann, alemão.
 - (E) Eugenio Raúl Zaffaroni, argentino.
37. “X”, policial militar, reside com sua família em local extremamente violento. De madrugada, é acordado por alguém tentando arrombar a porta de sua casa. Assustado, pede para sua mulher, igualmente em pânico, que não saia do quarto, e caminha para a entrada da casa onde grita insistentemente para que o suposto ladrão vá embora, avisando-o de que, caso contrário, irá atirar. A advertência é em vão, e a porta se abre aos olhos de “X” que, após efetuar o primeiro disparo, percebe que acertou “Z”, seu filho, que, embriagado, arrombou a porta. Na hipótese apresentada, vindo “Z” a falecer em razão dos disparos, “X”
- (A) será isento de pena, pois agiu em erro de tipo invencível.
 - (B) praticou o crime de homicídio doloso consumado.
 - (C) será isento de pena, pois agiu em erro de tipo causado por outrem.
 - (D) praticou o crime de homicídio culposo consumado.
 - (E) praticou o crime de homicídio culposo tentado.
38. Após as alterações havidas no art. 110 do Código Penal, a prescrição retroativa
- (A) não é mais aplicável aos crimes hediondos e afins.
 - (B) não pode ser mais alegada na fase investigativa, visto que seu lapso temporal limitou-se à fase judicial.
 - (C) por expressa ressalva legal somente poderá ser aplicada a sentenças condenatórias com trânsito em julgado para a acusação e para a defesa.
 - (D) aumentou para três anos o prazo prescricional para os crimes punidos com pena máxima inferior a um ano.
 - (E) foi extinta.

39. A doutrina entende por *aberratio delicti*

- (A) o erro sobre a pessoa, no qual o agente, por engano de representação, atinge outra pessoa no lugar da vítima desejada.
- (B) o desvio do golpe que ocorre quando o agente por inabilidade ou acidente não acerta a vítima visada, mas outra pessoa.
- (C) o erro sobre a ilicitude do fato.
- (D) uma das hipóteses de resultado diverso do pretendido, no qual o agente por inabilidade ou acidente atinge bem jurídico diverso do pretendido.
- (E) o resultado que agrava especialmente a pena.

40. Com relação ao regime disciplinar diferenciado, é correto afirmar que

- (A) consiste em um rigoroso regime de cumprimento de pena.
- (B) a previsão legal do instituto encontra-se no Código Penal, havendo divergências sobre sua constitucionalidade.
- (C) sua previsão legal decorre das modificações introduzidas na Lei de Execução Penal.
- (D) se trata de uma sanção disciplinar destinada apenas aos presos condenados.
- (E) se trata de um incidente no cumprimento da pena, devidamente previsto na Lei de Execução Penal.

41. “X” é negro e jogador de futebol profissional. Durante uma partida é chamado pelos torcedores do time adversário de macaco e lhe são atiradas bananas no meio do gramado. Caso sejam identificados os torcedores, é correto afirmar que, em tese,

- (A) responderão pelo crime de preconceito de raça ou de cor, nos termos da Lei n.º 7.716/89.
- (B) responderão pelo crime de racismo, nos termos da Lei n.º 7.716/89.
- (C) responderão pelo crime de difamação, nos termos do art. 139 do Código Penal, entretanto, com o aumento de pena previsto na Lei n.º 7.716/89.
- (D) não responderão por crime algum, tendo em vista que esse tipo de rivalidade entre as torcidas é própria dos jogos de futebol, restando apenas a punição na esfera administrativa.
- (E) responderão pelo crime de injúria racial, nos termos do art. 140, § 3.º do Código Penal.

42. Com relação às modalidades de receptação, assinale a alternativa correta.

- (A) A receptação própria é um crime material, consuma-se com a efetiva aquisição, recebimento, transporte, condução ou ocultação da coisa produto de crime. A receptação imprópria, por sua vez, é um crime formal e, teoricamente, não admite a tentativa.
- (B) Aquele que sabe sobre a origem da coisa produto de crime pratica a receptação na modalidade própria, enquanto que aquele que deveria saber pratica o delito na modalidade imprópria.
- (C) A modalidade dolosa da receptação é conhecida doutrinariamente por receptação própria e a modalidade culposa por receptação imprópria.
- (D) Na receptação culposa exige-se o elemento subjetivo especial do tipo constituído pelo fim especial de desconhecer a origem da coisa produto de crime.
- (E) A receptação própria está prevista no “caput” do art. 180 do Código Penal, enquanto a receptação imprópria, ou qualificada, está descrita no §1.º.

43. Recentemente o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos infringentes na conhecida Ação Penal 470 – Caso do Mensalão. De forma sintética, com relação ao crime de lavagem de dinheiro foi firmado, por maioria de votos, o entendimento segundo o qual:

- (A) receber propina não é ato autônomo posterior ao delito de corrupção passiva, não existindo a autonomia exigida para a tipificação do crime de lavagem de dinheiro.
- (B) a lavagem de dinheiro é um crime material e, assim, para a tipificação do delito seria necessária a ocorrência do resultado lesivo, o que não aconteceu no caso concreto.
- (C) o ato de receber propina sucede o delito de corrupção passiva, existindo, dessa forma, a autonomia exigida para a tipificação do crime de lavagem de dinheiro.
- (D) a condenação pelo crime de lavagem de dinheiro deve ser mantida com fundamento na teoria do domínio do fato.
- (E) todo ato de recebimento de propina por funcionários públicos pressupõe aceitação prévia e clandestinidade, restando evidenciada a autonomia do crime de lavagem de dinheiro.

44. Assinale a alternativa que apresenta o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal com relação à posse de droga para consumo pessoal, prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, no qual, para a Corte Suprema, tal conduta foi

- (A) descriminalizada.
- (B) transformada em contravenção penal.
- (C) transformada em ilícito administrativo.
- (D) despenalizada.
- (E) atenuada.

45. A Lei de Crimes Ambientais, em seu art. 3.º, estabelece a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Com relação a este tema, a doutrina
- (A) é unânime com relação à constitucionalidade da previsão legal.
 - (B) majoritariamente entende que nos crimes ambientais há dupla imputação, ou seja, a culpa individual e a culpa coletiva se condicionam reciprocamente.
 - (C) é unânime no entendimento de que penas não podem ser aplicadas a pessoas jurídicas.
 - (D) é unânime com relação ao fato de que a correta exegese do princípio da pessoalidade da pena impede que a responsabilidade penal recaia sobre a pessoa jurídica.
 - (E) posiciona-se de forma eclética existindo aqueles que defendem que a pessoa jurídica não pode cometer crimes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. Em matéria processual penal, o duplo grau de jurisdição
- (A) não é previsto expressamente pela Convenção Americana de Direitos Humanos, mas é pela CR/88.
 - (B) não é previsto expressamente pela CR/88, mas é pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
 - (C) não é previsto expressamente nem pela CR/88 nem pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
 - (D) é direito fundamental previsto expressamente tanto pela CR/88 quanto pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
 - (E) é garantia fundamental prevista expressamente tanto pela CR/88 quanto pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
47. Salvo exceções expressamente previstas em leis especiais, o prazo para a conclusão do inquérito policial cujo indiciado estiver preso, que tramita junto à Polícia Civil (Estadual) e à Polícia Federal é, respectivamente, de
- (A) 10 dias; 10 dias.
 - (B) 10 dias, prorrogáveis por mais 10 dias; 15 dias.
 - (C) 10 dias; 15 dias prorrogáveis por mais 15 dias.
 - (D) 5 dias, prorrogáveis por mais 5 dias; 10 dias.
 - (E) 5 dias; 10 dias.

48. José, João e Luís são sócios de uma empresa. José e João redigem, assinam e divulgam entre os clientes e fornecedores da empresa uma carta aberta com afirmações desonrosas em desfavor de Luís. Após regular inquérito policial em que José e João são ouvidos, Luís promove queixa-crime unicamente contra José, uma vez que, por motivos pessoais, não quis processar João. Considerando que o acúmulo de acusações faça com que a demanda não seja julgada pelo rito sumaríssimo, que foi infrutífera a fase de reconciliação – o que remete o processo ao rito comum – e que não é caso de rejeição, deve o magistrado

- (A) considerar que houve perdão com relação a João e extinguir sua punibilidade; determinar a citação e intimação de José para apresentação de resposta escrita.
- (B) intimar Luís para que se manifeste expressamente acerca da ausência de João no polo passivo; determinar a citação e intimação de José para apresentação de resposta escrita.
- (C) considerar que houve renúncia com relação a João, estender tal entendimento a José e extinguir a punibilidade de ambos.
- (D) considerar que houve renúncia com relação a João e extinguir sua punibilidade; determinar a citação e intimação de José para apresentação de resposta escrita.
- (E) considerar que houve perdão com relação a João, estender tal entendimento a José e intimá-los para que se manifestem no sentido de aceitar ou recusar a benesse oferecida por Luís.

49. Imagine que magistrado integrante do Tribunal Regional Eleitoral, durante sessão de julgamento e em razão de controvérsia relativa a votos divergentes, atente dolosamente contra a vida de seu colega. A competência para julgamento é do

- (A) Tribunal do Júri.
- (B) Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal Regional Eleitoral.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Tribunal Superior Eleitoral.

50. Defensor de acusado em juízo criminal por bigamia, em sede de resposta escrita à acusação, faz prova de que corre no juízo cível, ainda em primeiro grau, ação anulatória do primeiro casamento. Pede a suspensão da ação penal. Em caso de deferimento do pedido de suspensão, _____; em caso de indeferimento, _____.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas adequada e respectivamente.

- (A) cabe recurso em sentido estrito ... não cabe qualquer recurso
- (B) não cabe qualquer recurso ... também não cabe
- (C) cabe recurso em sentido estrito ... também
- (D) cabe apelação ... também
- (E) cabe apelação ...cabe recurso em sentido estrito

51. Nos termos do quanto determina o art. 366 do CPP, “se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional (...)”. De acordo com interpretação jurisprudencial sumulada pelo STJ (súmula 455), pode ser realizada produção antecipada de provas nessas hipóteses?
- (A) Sim, uma vez que o mero decurso do tempo justifica tal medida.
 - (B) Sim, desde que o defensor dativo nomeado concorde e acompanhe.
 - (C) Não, ainda que nomeado defensor dativo, por ofensa ao direito de autodefesa.
 - (D) Não, pois é direito do acusado acompanhar a prova produzida.
 - (E) Sim, desde que a decisão seja concretamente fundamentada.
52. Acusado não é intimado para contrarrazoar recurso interposto pelo Ministério Público contra decisão que rejeitou a denúncia. De acordo com o entendimento sumulado pelo STF (súmula 707):
- (A) deve-se aguardar o julgamento do recurso e, somente em caso de procedência e prejuízo, há de ser decretada nulidade.
 - (B) a ausência de intimação constitui nulidade, mesmo que tenha sido nomeado defensor dativo.
 - (C) não há nulidade, uma vez que a relação processual só se aperfeiçoa com o recebimento da denúncia e a citação do acusado.
 - (D) apenas haverá nulidade se constatado prejuízo, sendo este presumido se o recurso ministerial for julgado procedente.
 - (E) não há nulidade se houver nomeação de defensor dativo, sendo que eventual deficiência da defesa apenas gera nulidade se causar prejuízo.
53. No que concerne à interceptação telefônica, regulada pela Lei n.º 9.296/96,
- (A) é admitida para investigação de infrações penais punidas com reclusão ou detenção, sendo vedada para aquelas que admitem apenas prisão simples e multa.
 - (B) a representação pela sua decretação deve ser feita por escrito, não se admitindo a forma oral.
 - (C) os trechos de conversas interceptadas que não interessarem à prova do crime deverão ser imediatamente destruídas pela autoridade policial.
 - (D) não pode ser prorrogada por mais de um período de 15 (quinze) dias, de acordo com jurisprudência atual e dominante dos tribunais superiores.
 - (E) só será admitida se a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.
54. Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Caso o julgamento de uma impetração termine empatado, o CPP expressamente prevê que
- (A) declarar-se-á o *non liquet* e se encaminhará a decisão para o órgão que consta como substituto legal.
 - (B) denegar-se-á a ordem, uma vez que cabe ao autor (impetrante) comprovar os fatos que alega e convencer a maioria da turma julgadora.
 - (C) proferirá voto decisivo o presidente, caso ainda não tenha participado da votação.
 - (D) declarar-se-á o *non liquet* e se encaminhará a decisão para o órgão imediatamente superior na hierarquia do Tribunal.
 - (E) conceder-se-á a ordem, sendo responsável pela lavratura de acórdão o último a votar favoravelmente.
55. Acerca do rito sumaríssimo, são regras procedimentais expressamente previstas na Lei n.º 9.099/95:
- (A) desnecessidade de relatório na sentença; impossibilidade de expedição de cartas precatórias e rogatórias.
 - (B) possibilidade de oferecimento de denúncia oral; necessidade de apresentação concomitante de interposição e razões em caso de apelação.
 - (C) intimação das testemunhas por carta com aviso de recebimento pessoal; desnecessidade de intimação das partes para o julgamento da apelação.
 - (D) possibilidade de oferecimento de queixa oral; impossibilidade de nomeação de assistente técnico.
 - (E) impossibilidade de condução coercitiva de testemunhas; impossibilidade de oposição de embargos de declaração.
56. A prisão preventiva do agressor, no contexto da Lei Maria da Penha,
- (A) pode ser decretada de ofício pelo juiz, tanto na fase inquisitorial como durante a ação penal.
 - (B) só pode ser decretada pelo juiz após representação da autoridade policial ou requerimento do órgão ministerial, seja na fase inquisitorial, seja durante a ação penal.
 - (C) é medida subsidiária, ou seja, somente pode ser decretada após infrutífera, na prática, outra medida restritiva menos gravosa.
 - (D) pode ser decretada de ofício pelo juiz durante a ação penal, mas deve ser precedida de requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial na fase inquisitorial.
 - (E) deve, seja na fase inquisitorial ou durante a ação penal, ser precedida de expresso pedido da vítima nesse sentido.

57. A remissão, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, caracteriza-se
- (A) por se diminuir dos dias de internação determinados em sentença aqueles previamente cumpridos em regime de internação provisória ou semi-liberdade.
 - (B) pela diminuição proporcional de dias de internação, sendo que três dias de estudo resultam em um dia remido.
 - (C) como medida de extinção do processo, aplicável apenas a crianças, excluídos os adolescentes.
 - (D) na extinção ou suspensão do processo, mediante eventual aplicação de determinadas medidas socioeducativas.
 - (E) pela diminuição proporcional de dias de internação, sendo que três dias de trabalho voluntário resultam em um dia remido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

58. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar:
- (A) originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
 - (B) originariamente os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.
 - (C) mediante recurso, as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar ato de governo local contestado em face de lei federal.
 - (D) mediante recurso, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - (E) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.
59. Para entender as características do positivismo e concluir com as mudanças do pós-positivismo é indispensável entender que o positivismo metodológico e conceitual se caracteriza:
- (A) pela neutralidade científica, ou seja, a postura avaliativa entre o investigador e o objeto investigado com a consequente separação entre o direito e a moral.
 - (B) pelo direito como um valor com a possibilidade do questionamento da validade da lei por meio da interpretação e aplicação dos princípios.
 - (C) pela pluralidade de normas jurídicas, que não podem ser reduzidas a uma estrutura comum, pois dentro do sistema jurídico verifica-se a existência de normas de direito estatal e não-estatal. Ainda, nem todas as normas são imperativas e coativas.
 - (D) pela impossibilidade da neutralidade científica, vez que os textos constitucionais consagram valores, conceitos jurídicos indeterminados, que são ponderados pela jurisdição na aplicação do caso concreto levado a juízo.
 - (E) pela pluralidade de fontes do direito com a consequente verificação da importância da construção jurisprudencial.

60. Conselho Federal de Medicina propõe Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) que tem por objeto Emenda à Constituição. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a referida ação
- (A) deverá ser conhecida, pois a Emenda à Constituição pode ser objeto da ação e o Conselho Federal de Medicina, entidade de classe de âmbito nacional, possui legitimidade.
 - (B) deverá ser conhecida apenas e tão somente se o Conselho Federal de Medicina demonstrar a representatividade adequada.
 - (C) não deverá ser conhecida sob o fundamento de que o Conselho Federal de Medicina não se enquadra na previsão constitucional relativa às entidades de classe de âmbito nacional.
 - (D) não deverá ser conhecida sob o fundamento de que a Emenda à Constituição não pode ser objeto de ADIn.
 - (E) deverá ser conhecida apenas e tão somente se o Conselho Federal de Medicina demonstrar a pertinência temática.

61. A inobservância da súmula vinculante em sentença proferida por juiz singular pode ser corrigida mediante
- (A) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - (B) Recurso Extraordinário independentemente de Apelação, conforme previsto pelo texto constitucional.
 - (C) Correição Parcial dirigida diretamente ao Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Agravo Especial instituído pela Lei que regulamentou a súmula vinculante.
62. O princípio constitucional da reserva de plenário exige
- (A) que somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - (B) que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais seja composto de membros do Ministério Público e de advogados, critério conhecido como Quinto Constitucional.
 - (C) que somente pelo voto de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - (D) sua observância apenas no controle concentrado da constitucionalidade.
 - (E) sua observância no controle difuso e concentrado da constitucionalidade.

63. No que se refere à técnica de modulação dos efeitos da decisão, o Supremo Tribunal Federal poderá, ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, restringir os efeitos da decisão ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado desde que
- (A) haja razões de Estado ou de excepcional interesse social e maioria absoluta dos membros do Tribunal, sendo possível a modulação no controle difuso e concentrado da constitucionalidade.
 - (B) haja razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social e maioria de dois terços dos membros do Tribunal, sendo possível a modulação no controle difuso e concentrado da constitucionalidade.
 - (C) haja razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social e maioria relativa dos membros do Tribunal, sendo possível a modulação somente no controle difuso da constitucionalidade.
 - (D) haja razões de calamidade pública ou de excepcional interesse social e maioria absoluta dos membros do Tribunal, sendo possível a modulação apenas no controle concentrado da constitucionalidade.
 - (E) haja razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social e por votação unânime na Turma do Tribunal, sendo possível a modulação somente no controle difuso.
64. O texto constitucional, em seu art. 5.º, *caput*, prevê expressamente valores ou direitos fundamentais ao ditar literalmente que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito
- (A) à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
 - (B) à vida, à liberdade, à segurança, à intimidade e à dignidade.
 - (C) à vida, à dignidade, à intimidade e à igualdade.
 - (D) à vida, à liberdade, à fraternidade, à dignidade.
 - (E) à vida, à liberdade e à intimidade.
65. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá editar medida provisória, entretanto, é vedada a edição sobre matéria relativa
- (A) à instituição de impostos, mesmo que produza efeitos no exercício financeiro seguinte.
 - (B) à majoração de impostos, mesmo se convertida em lei.
 - (C) à organização da Administração Pública.
 - (D) à cidadania e aos partidos políticos.
 - (E) a contratos administrativos e licitações.
66. No que se refere à possibilidade da Intervenção do Estado na economia, disciplinada pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensíveis às do setor privado.
 - (B) só é permitido ao Estado a atuação como agente de incentivo e planejamento.
 - (C) a intervenção estatal na economia pode ocorrer como agente econômico e como agente normativo regulador.
 - (D) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.
 - (E) em hipótese alguma é permitida a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, pois essa atividade é inerente à iniciativa privada.
67. Segundo o que estabelece o texto constitucional em relação às forças armadas, é correto afirmar que
- (A) o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido a julgamento por Tribunal Militar e só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível.
 - (B) o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a um ano, por sentença transitada em julgado, será submetido a julgamento por Tribunal Militar e só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível.
 - (C) a sindicalização é direito do militar, sendo vedada a greve.
 - (D) o militar, mesmo em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos, exceto os Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica.
 - (E) o oficial condenado na justiça comum, por sentença transitada em julgado, perderá automaticamente o posto e a patente.
68. O sistema africano de Direitos Humanos surgiu por meio da
- (A) Carta Africana de Direitos Humanos – Carta de Moçambique (1969).
 - (B) Convenção da África do Sul (1959).
 - (C) Carta de Bajul (1981).
 - (D) Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).
 - (E) Protocolo da Carta Africana – Etiópia (1949).

69. Em relação à Intervenção Federal, com fundamento no texto constitucional, é correto afirmar que

- (A) a resolução de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Senado Federal no prazo de vinte e quatro horas.
- (B) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o modo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de quarenta e oito horas.
- (C) a resolução de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal no prazo de quarenta e oito horas.
- (D) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Procurador-Geral da República e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, sucessivamente, no prazo de quarenta e oito horas.
- (E) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de vinte e quatro horas.

DIREITO ELEITORAL

70. Assinale a alternativa correta.

- (A) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (B) O eleitor inscrito em Zona Eleitoral do Brasil, maior de 18 anos e até 70 anos, que se encontrar em trânsito no exterior na data do pleito, terá o prazo de 90 dias para justificar sua ausência em cada turno das eleições em que deixou de exercer o sufrágio, ou até 60 dias contados da data do retorno ao Brasil.
- (C) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas; de Ministro de Estado da Defesa e de Governadores de Estado.
- (D) Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais decidirem e conhecerem as arguições de inelegibilidade, quando se tratar de candidato a Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital e Prefeito e Vice-Prefeito.
- (E) São casos de perda dos direitos políticos: o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, a recusa em cumprir prestação alternativa estipulada na escusa de consciência e a condenação criminal proferida por órgão colegiado.

71. Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por

- (A) dois juízes dentre os desembargadores; um juiz dentre juízes de direito; dois juízes federais escolhidos pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- (B) dois juízes dentre os desembargadores; dois juízes dentre juízes de direito; dois juízes federais escolhidos pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por um juiz dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- (C) um juiz dentre os desembargadores; três juízes dentre juízes de direito; um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- (D) dois juízes dentre os desembargadores; dois juízes dentre juízes de direito; um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.
- (E) três juízes dentre os desembargadores; um juiz dentre juízes de direito; um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal e por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicado pelo Tribunal de Justiça e nomeado pelo Presidente da República.

72. É correto afirmar que

- (A) qualquer candidato estará proibido de comparecer a inaugurações de obras públicas nos dois meses que precedem o pleito, exceto se gestores das referidas obras desde o início do projeto executivo.
- (B) a propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição, ressalvada a possibilidade de realização de propaganda intrapartidária com vista à indicação do nome do postulante à candidatura a cargo eletivo na quinzena anterior à escolha pelo partido, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*.
- (C) o uso de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista na propaganda eleitoral constitui crime eleitoral punível com até dois anos de reclusão e multa de cem mil UFIR.
- (D) as representações contra as condutas vedadas que caracterizam captação de sufrágio podem ser ajuizadas até o momento da posse.
- (E) a divulgação de propaganda eleitoral paga na imprensa escrita, bem como sua reprodução na internet por jornal impresso, é permitida até a véspera das eleições.

73. Quanto aos crimes eleitorais, é correto afirmar que
- (A) o crime de corrupção eleitoral, previsto pelo art. 299 do Código Eleitoral, é delito formal, exige o dolo específico e admite a forma tentada.
 - (B) responde por crime culposo o agente que causar dano físico involuntário em equipamento usado na votação ou na totalização de votos ou a suas partes.
 - (C) se devem aplicar as regras gerais do Código Penal para aplicação das atenuantes e agravantes em crimes eleitorais, conforme disposição do Código Eleitoral.
 - (D) a pena prevista para o crime de falsificação ou alteração de documento particular para fins eleitorais é de um a cinco anos de reclusão e pagamento de 10 a 360 dias-multa.
 - (E) quando o Código Eleitoral não indicar grau mínimo da pena, será ela de seis meses a de detenção e um ano a de reclusão.

DIREITO EMPRESARIAL

74. Quanto à Recuperação Judicial, assinale a alternativa correta.
- (A) Recebendo a petição inicial devidamente instruída, conforme dispõe a Lei n.º 11.101/2005, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato, determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades e receba benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
 - (B) Deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, no prazo máximo de 90 (noventa dias), requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros.
 - (C) Ao deferir o processamento da recuperação judicial, o juiz nomeará o administrador judicial, que será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada, e que poderá ser substituído sem autorização do juiz, desde que aprovado por maioria absoluta dos votos em assembleia geral de credores.
 - (D) O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia geral de credores.
 - (E) A petição inicial de recuperação judicial será instruída com as demonstrações contábeis relativas aos 2 (dois) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, juntamente com um plano de negócios trienal.

75. Os normativos aplicáveis aos títulos de crédito à exportação determinam que
- (A) importa em vencimento antecipado da dívida resultante da cédula a inadimplência de qualquer obrigação do emitente do título ou, sendo o caso, do terceiro prestante da garantia real, desde que configurado o inadimplemento mediante interpelação judicial.
 - (B) a aplicação do financiamento ajustar-se-á em orçamento assinado, em duas vias, pelo emitente e pelo credor, sendo dispensável nos casos em que a produção de bens ou a prestação de serviços voltados à exportação estiver estipulada no objeto social do emitente.
 - (C) dentre outros, podem ser objeto de penhor cedular máquinas e aparelhos utilizados na indústria, matérias-primas, produtos industrializados e materiais empregados no processo produtivo, embalagens e sal que ainda esteja na salina.
 - (D) as operações formalizadas com títulos de crédito à exportação são isentas do imposto sobre operações financeiras desde que cumpram os seguintes requisitos: sejam emitidas por pessoas jurídicas e os recursos do financiamento sejam destinados à exportação ou à produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação.
 - (E) a nota de crédito à exportação pode ser garantida por penhor cedular, alienação fiduciária e hipoteca cedular, podendo ser inseridos na garantia os bens adquiridos ou pagos com o financiamento.
76. No que se refere a patentes, assinale a alternativa correta.
- (A) Reputa-se concedida a patente na data de deferimento do pedido, devendo conter da carta-patente o número, o título e a natureza respectivos, o nome do inventor, a qualificação e o domicílio do titular, o prazo de vigência, o relatório descritivo, as reivindicações e os desenhos, bem como os dados relativos à prioridade.
 - (B) O pedido de patente será mantido em sigilo durante 18 (dezoito) meses contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga, quando houver, após o que será publicado, à exceção daquele originário do Brasil, cujo objeto interesse à defesa nacional, sendo processado em caráter sigiloso.
 - (C) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 20 (vinte) anos contados da data de depósito.
 - (D) O prazo de vigência não será inferior a 5 (cinco) anos para a patente de invenção e a 10 (dez) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão.
 - (E) A patente será concedida depois de deferido o pedido e comprovado o pagamento da retribuição correspondente no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do deferimento, expedindo-se a respectiva carta-patente.

77. Nas sociedades limitadas, é correto afirmar que

- (A) na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais da metade do capital social.
- (B) os sócios respondem solidariamente pela exata estimação de bens conferidos ao capital social, até o prazo de cinco anos da data da subscrição das quotas.
- (C) o capital social divide-se em quotas indivisíveis e iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, que será responsável pela integralização que lhe couber.
- (D) a cessão total ou parcial da quota somente terá eficácia com a aprovação da modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, respondendo, o cedente, solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, até dois anos depois de sua saída.
- (E) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

78. Sobre contratos empresariais, é correto afirmar:

- (A) no contrato de agência, o agente terá direito a ser remunerado pelos serviços úteis prestados ao proponente, ainda que dispensado por justa causa, sem embargo do direito do proponente de pleitear perdas e danos pelos prejuízos sofridos.
- (B) as operações de arrendamento mercantil subordinam-se ao controle e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
- (C) os contratos de arrendamento mercantil conterão disposições sobre o prazo do contrato; o valor de cada contraprestação por períodos determinados, superiores a um semestre; opção de compra ou renovação de contrato, como faculdade do arrendador; preço para opção de compra ou critério para sua fixação.
- (D) se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comitente solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comissário.
- (E) a circular oferta de franquia é um documento facultativo, que poderá ser solicitado pelo franqueado ao franqueador ou à empresa ou pessoa ligada a este.

DIREITO TRIBUTÁRIO

79. Assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), segundo a disciplina constitucional que lhe é conferida.

- (A) A isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- (B) Poderá ser não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- (C) Será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- (D) Incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- (E) Incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

80. No que respeita ao imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), cuja titularidade impositiva pertence aos Estados e ao Distrito Federal, é correto afirmar que

- (A) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.
- (B) terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado no exterior.
- (C) relativamente a bens móveis compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.
- (D) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos compete aos Estados onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (E) terá a competência para sua instituição regulada por resolução do Senado Federal se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

- 81.** Para fins de instituição e cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), exige o Código Tributário Nacional a implementação, por parte do Poder Público municipal, de pelo menos dois melhoramentos que elenca. Assinale a alternativa que corretamente traduz esses melhoramentos.
- (A) Meio-fio ou calçamento, com ou sem canalização de águas pluviais e abastecimento de água.
 - (B) Abastecimento de água e posto de saúde a uma distância mínima de cinco quilômetros do imóvel considerado.
 - (C) Sistema de esgotos sanitários e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
 - (D) Sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância mínima de três quilômetros do imóvel considerado.
 - (E) Abastecimento de água e escola primária a uma distância mínima de três quilômetros do imóvel considerado.
- 82.** A Constituição veda que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se da limitação constitucional ao poder de tributar conhecida por princípio da anterioridade. Assinale a alternativa da qual consta um tributo que excepciona tal princípio.
- (A) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
 - (B) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
 - (C) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (D) Contribuição social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
 - (E) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- 83.** É causa de extinção do crédito tributário:
- (A) a anistia.
 - (B) a isenção.
 - (C) a impetração de mandado de segurança.
 - (D) a conversão do depósito em renda.
 - (E) a moratória.
- 84.** Em relação aos princípios aplicáveis à Lei n.º 12.651/2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal, bem como a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção de incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos, é correto afirmar que a lei atenderá, entre outros, ao princípio
- (A) das responsabilidades comuns mais diferenciadas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas somente voltadas para a preservação da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas rurais, urbanas e urbanizáveis.
 - (B) do fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica na busca de novas soluções para o uso sustentável do solo, da água e do ar, bem como a preservação das florestas e demais formas de vegetação, além de incentivos econômicos para a recuperação da vegetação de forma integrada.
 - (C) da afirmação da função socioambiental da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do Brasil especificamente no mercado internacional de alimentos.
 - (D) da ação governamental de proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação, de forma que o País assuma o compromisso de harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação de forma ampla, buscando atingir o ideal de sustentabilidade.
 - (E) da afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras.

85. É correto afirmar que

- (A) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha desde que esse possuidor/detentor não esteja respeitando o princípio da função socioambiental do bem.
- (B) o conceito de função socioambiental da propriedade é aplicável especificamente à propriedade privada, em zona urbana ou rural, sendo inseparável do requisito obrigatório do uso racional da propriedade e dos recursos naturais que lhe são integrantes.
- (C) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem reconhecendo que a função socioambiental da propriedade é princípio constitucional e, no caso da propriedade rural, engloba exclusivamente a utilização adequada dos recursos naturais e a exploração favorável ao bem-estar dos proprietários e trabalhadores.
- (D) o descumprimento da função socioambiental da propriedade, por não ser contrário ao fixado no art. 225 da Constituição Federal de 1988, autoriza o esvaziamento do conteúdo mínimo do direito de propriedade sem a exigência de pagamento de indenização.
- (E) o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, entre outros bens ambientais, a flora, a fauna e as belezas naturais, em atendimento ao princípio da função socioambiental da propriedade.

86. Quanto à pesquisa científica e visitação pública em unidades de conservação, assinale a assertiva correta.

- (A) A pesquisa científica em Parques Nacionais depende de autorização prévia do órgão responsável pela sua administração, sujeita às condições e restrições por ele estabelecidas e às previstas em regulamento, o que também ocorre no caso de visitação pública sujeita ainda às normas e restrições do Plano de Manejo.
- (B) A pesquisa científica em reservas biológicas depende de atendimento às exigências do seu regulamento, sendo proibida a visitação pública, salvo de escolas públicas e desde que seus objetivos sejam educacionais e culturais.
- (C) A pesquisa científica em estações ecológicas depende de autorização prévia do seu gestor, bem como às exigências do regulamento e a visitação será livre desde que o Plano de Manejo traga disposição nesse sentido.
- (D) A pesquisa científica em Monumentos Naturais depende de aprovação prévia do órgão responsável por sua administração, desde que demonstrado que não coloca em risco a sobrevivência de espécies integrantes do ecossistema protegido e a visitação pública depende apenas do atendimento às restrições do Plano de Manejo.
- (E) A pesquisa científica em refúgios da vida silvestre fica sujeita a restrições previstas em regulamento para o período de defeso da fauna local e a visitação pública fica sujeita especificamente às regras preestabelecidas no Plano de Manejo.

87. Nos termos da Lei n.º 12.305/2010, a logística reversa como instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação ambientalmente adequada, aplica-se aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, entre outros, de

- (A) agrotóxicos, produtos eletroeletrônicos e lâmpadas em geral.
- (B) produtos eletroeletrônicos e seus componentes, lâmpadas em geral, pilhas e baterias.
- (C) produtos eletroeletrônicos e seus componentes, pneus, pilhas e baterias.
- (D) veículos, óleos lubrificantes e agrotóxicos, seus resíduos e embalagens.
- (E) agrotóxicos, veículos, pilhas e baterias.

88. Em relação às Conferências das Nações Unidas que trataram do tema meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) O Protocolo de Quioto, que tomou por base o Compromisso de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, estabeleceu compromissos de redução de emissão dos gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, tomando por base o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas.
- (B) Como resultado da Rio+20, foi produzido o documento “O futuro que queremos”, que reconheceu a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza como importante instrumento na formulação de políticas que permitam um aumento na inclusão social.
- (C) Na Conferência de Estocolmo, de 1972, importante marco do desenvolvimento sustentável, foi criado um órgão de alto nível nas Nações Unidas denominado Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, encarregada de submeter relatórios para a Assembleia Geral da ONU.
- (D) Um dos importantes resultados da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (Rio+10) foi a produção da Convenção sobre a Diversidade Biológica, estabelecendo importantes regras sobre a proteção da flora silvestre.
- (E) A Agenda 21, como produto da Rio+10, estabeleceu como prioridade para o século 21 a aplicabilidade do princípio do desenvolvimento sustentável, por meio da integração do meio ambiente e do desenvolvimento aos processos decisórios.

89. Em relação às competências dos entes federados em matéria ambiental, é correto afirmar que

- (A) os Estados Federados, que se organizam e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, desde que observados os princípios da Constituição Federal de 1988, têm reservadas para si as competências que não lhe forem vedadas, cabendo destaque para legislar sobre o planejamento e a promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas, em especial secas e inundações, de forma a atender à necessidade de resiliência às mudanças climáticas.
- (B) a Constituição Federal de 1988, importante marco da proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é expressa ao prever a competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, jazidas, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, proteção ao patrimônio histórico, entre outros temas.
- (C) os Municípios, como importantes entes da Federação, têm competência privativa para legislar sobre proteção ao patrimônio cultural, artístico, turístico e paisagístico, desde que observadas as normas e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- (D) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados-membros que, na falta de lei federal sobre normas gerais, terão competência legislativa plena, sendo certo que a eficácia das normas gerais da lei estadual se condiciona à compatibilidade do seu conteúdo com as normas gerais da lei federal superveniente.
- (E) a União tem competência privativa para legislar sobre águas, energia, jazidas e minas, bem como atividades nucleares de qualquer natureza, entre outros temas, o que não afasta a competência delegada dos Estados-membros, mas exclui a competência suplementar do Distrito Federal e dos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

90. A Lei Complementar Federal n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê normas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal, prevê que

- (A) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de medidas de compensação apenas quando realizada nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Executivo.
- (B) poderão ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, mediante a concessão de empréstimos de recuperação, que prescindirão de autorização legislativa.
- (C) será obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (D) será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, a operação de crédito superior ao valor das despesas de capital, ainda que autorizada pelo Poder Legislativo.
- (E) as sanções de suspensão de transferências voluntárias, por conta de despesas de pessoal acima dos limites previstos, não serão aplicadas quando as transferências voluntárias forem relativas a ações de educação, segurança pública e infraestrutura.

91. No âmbito do exercício do poder de polícia, é correto afirmar que os meios diretos de coação

- (A) não podem ser exemplificados pela interdição de uma obra.
- (B) decorrem da necessidade da Administração sempre precisar se valer de provimentos do Poder Judiciário.
- (C) não se aplicam à abstenção de fatos por particulares.
- (D) serão válidos mesmo quando desproporcionais ou excessivos em relação ao interesse tutelado pela lei.
- (E) podem ser delegados a pessoas jurídicas de direito público, como autarquias da Administração Indireta.

92. Sobre a concessão de serviços públicos, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros será objetiva, nos termos da Constituição Federal.
 - (B) em caso de encampação pelo Poder Público, não poderá o poder concedente incorporar os bens do concessionário que eram necessários ao serviço.
 - (C) o Poder Público poderá rescindir o contrato por motivo de interesse público, pois são transferidos ao concessionário a execução e a titularidade do serviço.
 - (D) o usuário não poderá exigir judicialmente o cumprimento da obrigação pelo concessionário.
 - (E) o concessionário corre os riscos normais do empreendimento, não havendo, nesse caso, direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
93. A concessão de uso especial para fins de moradia é uma forma de gestão dos bens públicos, que poderá ser concedida àquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu imóvel urbano, de até duzentos e cinquenta metros quadrados, como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição. Sobre tal instituto, é correto afirmar que
- (A) o direito de concessão de uso especial para fins de moradia é personalíssimo, portanto, não é transferível por ato *inter vivos* ou *causa mortis*.
 - (B) o título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via judicial, não cabendo análise na esfera administrativa.
 - (C) se o imóvel for de interesse da preservação ambiental, o Poder Público procederá à desocupação do local e ao pagamento de aluguel social pelo prazo de 6 (seis) meses.
 - (D) o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.
 - (E) caso a ocupação acarrete risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público não garantirá ao possuidor o exercício desse direito nesse ou em outro imóvel público.
94. Acerca da improbidade administrativa, há entendimento do Superior Tribunal de Justiça que:
- (A) qualquer irregularidade, ainda que meramente administrativa, ou transgressão disciplinar, está apta a caracterizar a improbidade administrativa.
 - (B) é punível a tentativa de improbidade quando o resultado não ocorreu por motivo alheio à vontade do agente.
 - (C) o uso de veículo oficial para mero transporte de móvel particular do agente público a sua residência não caracteriza improbidade administrativa.
 - (D) o princípio da insignificância aplica-se aos atos de improbidade administrativa.
 - (E) a prática de tipo penal é suficiente para caracterizar a improbidade administrativa.
95. Presidente da República abre crédito extraordinário por meio de medida provisória para atendimento de despesas imprevistas e urgentes, decorrente de calamidade pública ocorrida no Estado do Pará. Passados os sessenta dias iniciais e a prorrogação de igual prazo, o Congresso Nacional não deliberou acerca da medida provisória em questão.
- É correto afirmar que
- (A) o silêncio do Congresso Nacional importa aceitação tácita da medida provisória, devendo os valores serem imediatamente creditados à União.
 - (B) o crédito extraordinário perde a validade, mas poderá o Presidente da República editar nova medida provisória com o mesmo teor.
 - (C) não editado decreto legislativo do Congresso Nacional, até sessenta dias após a perda de eficácia da medida provisória, o crédito extraordinário terá validade.
 - (D) a medida provisória poderá produzir efeitos se pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado for reinstituída.
 - (E) caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar a medida provisória e decidir se atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidos.
96. Em relação ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que este último poderá
- (A) solicitar para exame cópia de edital de licitação já publicado, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas.
 - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para cargo de provimento em comissão e as concessões de aposentadorias.
 - (C) determinar a quebra de sigilo de agentes públicos e particulares que contrataram com o Estado, para apuração de irregularidades.
 - (D) sustar os contratos administrativos em execução, prescindindo de manifestação do Poder Legislativo.
 - (E) realizar auditorias, mas somente mediante expressa determinação do Poder Legislativo.
97. Assinale a alternativa que corretamente discorre acerca da desapropriação indireta.
- (A) Para realizar a desapropriação indireta basta afetar o bem particular ao fim público.
 - (B) É uma espécie de desapropriação de fato, permitida expressamente pela legislação.
 - (C) Em nenhuma hipótese o tombamento ambiental acarretará desapropriação indireta.
 - (D) O proprietário poderá sempre solicitar em juízo que o Poder Público restitua a coisa.
 - (E) É um esbulho possessório praticado pelo Estado, que invade área privada sem contraditório ou indenização.

98. Mesário convocado para as eleições gerais de 2014 pode ser classificado como
- (A) empregado público.
 - (B) agente público.
 - (C) particular em colaboração com a Administração Pública.
 - (D) agente político.
 - (E) servidor público *lato sensu*.
99. O Supremo Tribunal Federal já decidiu, em matéria de responsabilidade estatal, que
- (A) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, por conta de sua atipicidade, geram responsabilidade subjetiva.
 - (B) poderá ser indenizada a vítima que demonstre especial e anormal prejuízo decorrente de norma declarada inconstitucional pelo próprio Supremo Tribunal Federal.
 - (C) em princípio, o Estado possui responsabilidade subjetiva pelos atos jurisdicionais.
 - (D) os atos tipicamente jurisdicionais, dentre eles incluídos o erro judicial, não produzem direito à indenização.
 - (E) os danos praticados pelo agente público, ainda que fora do exercício da função pública, são imputáveis subjetivamente ao Estado.
100. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar
- (A) é causa de nulidade que depende de prova do prejuízo para reconhecimento.
 - (B) é causa de nulidade absoluta.
 - (C) gera nulidade sanável pela devolução dos prazos.
 - (D) pode ensejar a anulação na via judicial.
 - (E) não ofende a Constituição.





